

Desmatamento aumenta 14% na Amazônia, maior taxa em 9 anos

Categories : [Notícias](#)

Desde 2008 o desmatamento na Amazônia não era tão alto. Entre agosto de 2017 e julho de 2018, foram derrubadas 7.900 quilômetros quadrados de florestas na Amazônia brasileira, um território maior do que todo o Distrito Federal, que possui uma área de 5. 779 km². Os dados foram divulgados no final da tarde desta sexta-feira (23) pelos ministérios do Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia.

Os números ainda são preliminares. Os dados consolidados costumam ser publicados no meio do ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), responsável pelo monitoramento oficial da Amazônia. A margem de erro é inferior a 10%. Ou seja, não há diferença significativa entre o dado preliminar, sempre divulgado antes da COP do Clima, e o consolidado, divulgado no ano seguinte.

O Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do INPE, consegue detectar desmatamento acima de 6,25 hectares. Nos estados do Pará (36%), Mato Grosso (22%), Rondônia (17%) e Amazonas (13%) foram registrados os valores mais elevados de desmatamento.

O ministério do Meio Ambiente afirmou que manteve o orçamento do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e intensificou as ações de fiscalização no período 2017/2018. Em nota, o ministério do Meio Ambiente apresentou o aumento no número de autuações do Ibama no período, de 6%. O órgão também aumentou o número de áreas embargadas (56%), de madeira apreendida (131%) e de equipamentos apreendidos (183%). Mesmo assim, o equivalente a cinco cidades de São Paulo foram derrubados em doze meses.

"O recrudescimento do crime organizado que atua no desmatamento ilegal da Amazônia, destruindo as riquezas naturais do país e causando danos para toda sociedade, está associado a outras práticas criminosas, como tráfico de armas e animais, trabalho escravo, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Além de intensificar as ações de fiscalização conforme o governo federal vem fazendo nos últimos anos, precisamos ampliar a mobilização de todos os níveis de governo, da sociedade e do setor produtivo no combate aos ilícitos ambientais e na defesa do desenvolvimento sustentável do bioma", afirmou Edson Duarte, ministro do Meio Ambiente.

Histórico

Há 10 anos, 12.911 km² de florestas foram derrubadas na Amazônia brasileira. A partir disso e

até 2012, a taxa de desmatamento apresentou uma queda acentuada, marcando naquele ano a menor taxa da história, de 4.571 km². Em 2013, a taxa subiu. Desceu em 2014 e voltou a subir nos dois anos seguintes. Ano passado o governo passou vexame internacional e resolveu correr atrás do prejuízo. A intensificação das operações de fiscalização deu resultado e o desmatamento caiu 16%. Esse ano, o governo voltou a perder o controle do desmatamento.

Repercussão

Em nota, o [WWF-Brasil](#) afirmou que apesar dos esforços da fiscalização, o desmatamento continua sendo feito “por atividades ilegais, que segue impune na justiça brasileira”:

“Nesse sentido, o combate ao desmatamento ilegal deve ser a prioridade. Estamos destruindo o motivo de maior orgulho nacional. O combate à impunidade, que defenda o patrimônio do país, deve ser prioridade da Justiça do Brasil”.

Já o [Greenpeace](#) afirmou que Brasília é a principal responsável pelo aumento do desmatamento:

“É do centro do poder que emana o estímulo constante ao crime ambiental nos rincões da Amazônia. A bancada ruralista, com apoio de uma parcela do governo, vêm apresentando uma série de propostas que terão impacto direto na proteção das florestas, seus povos e do clima do planeta: Lei da Grilagem, flexibilização do licenciamento ambiental no Brasil, ataque aos direitos indígenas e quilombolas, adiamentos do Cadastro Ambiental Rural (CAR), tentativas de redução de áreas protegidas e paralisação das demarcações de Terras Indígenas, entre outras”.

O [Observatório do Clima](#) também lançou nota e segue na linha de creditar o aumento no desmatamento aos sinais que o governo deu para os desmatadores:

Ao longo do último ano, o Palácio do Planalto e governos estaduais fizeram uma série de acenos à bancada ruralista, como a anistia à grilagem de terras, assinada pelo Presidente da República em julho de 2017 (pouco antes de começar a contagem dos dados de 2018). Neste ano, de eleição, alguns Estados passaram a cooperar menos com o Ibama na fiscalização, inclusive perdoando garimpeiros após um ataque a uma base do Ibama no Amazonas. A expectativa de anistia é o quanto basta para que as quadrilhas que atuam na extração de madeira e na grilagem de terras acelerarem a predação sobre a floresta, e foi isso o que se verificou.

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/noticias/e-oficial-desmatamento-cai-16-na-amazonia/>

<https://www.oeco.org.br/noticias/desmatamento-ilegal-tem-que-ser-colocado-no-colo-do-moro-diz->

syrkis/

<https://www.oeco.org.br/colunas/colunistas-convidados/periodo-de-eleicoes-presidenciais-favorece-desmatamento-da-amazonia/>